

PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE: ASPECTOS ÉTICOS

João Paulo Melo da Silva

Universidade Castelo Branco - RJ

<https://orcid.org/0009-0002-9940-7347>

E-mail: jpmjesus1@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RPS-2025.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RPS-2025.V2N4-05>

RESUMO: A intersecção entre Psicologia e Espiritualidade é um campo complexo que exige rigor ético do profissional. Este artigo analisa os aspectos éticos que regem essa relação, com base no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nas diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) do Brasil. O estudo detalha a importância do respeito à autonomia do cliente, da neutralidade profissional e da proibição de proselitismo. Além disso, discute a necessidade de competência do psicólogo para lidar com a dimensão espiritual e a evolução histórica do tema, desde o distanciamento inicial da Psicologia Científica até a sua reintegração contemporânea. Conclui-se que a prática ética exige autoconhecimento e vigilância constante para garantir o bem-estar do cliente e a integridade da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Ética Profissional. Psicologia. Espiritualidade. CFP. Autonomia.

PSYCHOLOGY AND SPIRITUALITY: ETHICAL ASPECTS

ABSTRACT: The intersection between Psychology and Spirituality is a complex field that demands ethical rigor from the professional. This article analyzes the ethical aspects that govern this relationship, based on the Professional Code of Ethics for Psychologists and the guidelines of the Federal Council of Psychology (CFP) of Brazil. The study details the importance of respecting client autonomy, professional neutrality, and the prohibition of proselytism. Furthermore, it discusses the need for the psychologist's competence in dealing with the spiritual dimension and the historical evolution of the topic, from the initial distancing of Scientific Psychology to its contemporary reintegration. It is concluded that ethical practice requires self-knowledge and constant vigilance to ensure client well-being and the integrity of the profession.

KEYWORDS: Professional Ethics. Psychology. Spirituality. CFP. Autonomy.

INTRODUÇÃO

A intersecção entre Psicologia e Espiritualidade representa um dos campos mais férteis e, simultaneamente, mais delicados da prática clínica e acadêmica contemporânea. Este domínio, que toca o cerne da experiência humana a busca por significado, propósito e transcendência, desafia a Psicologia a expandir suas fronteiras para além dos modelos puramente empíricos e materialistas. Historicamente, a Psicologia, em sua busca por se estabelecer como ciência no século XIX, empreendeu um movimento de distanciamento

das questões metafísicas e espirituais, relegando-as, em muitos casos, ao domínio do subjetivo e do não-científico. Figuras como Wilhelm Wundt, com seu laboratório experimental, e, notavelmente, Sigmund Freud, que em obras como “O Futuro de uma Ilusão” classificou a religião como uma neurose obsessiva universal, solidificaram essa separação inicial. Contudo, essa visão estritamente reducionista da experiência humana mostrou-se insuficiente para abarcar a totalidade da busca por bem-estar que é inerente à condição humana¹.

Conforme aponta Silva (2018, p. 45):

A espiritualidade, longe de ser um mero subproduto da neurose, constitui um recurso intrínseco à resiliência humana e à busca por sentido. Essa perspectiva reforça a necessidade de a Psicologia contemporânea integrar essa dimensão de forma ética e responsável.

A partir da metade do século XX, uma reavaliação crucial começou a tomar forma. Movimentos como a Psicologia Humanista, liderada por pensadores como Abraham Maslow e Carl Rogers, e a Psicologia Transpessoal, profundamente influenciada por Carl Jung, que via a espiritualidade como um elemento central no processo de individuação, passaram a questionar o paradigma dominante. Esses movimentos argumentaram que as experiências espirituais e a busca por transcendência não são meros subprodutos patológicos, mas sim dimensões legítimas e, muitas vezes, vitais para a saúde mental e o desenvolvimento integral do indivíduo. Essa reintrodução da espiritualidade no escopo da Psicologia, no entanto, não ocorreu sem levantar complexas questões éticas. O profissional de Psicologia, ao acolher a dimensão espiritual do cliente, deve navegar por um terreno minado de potenciais conflitos entre suas próprias crenças, a neutralidade científica e o respeito irrestrito à autonomia do indivíduo². A questão não é mais se a espiritualidade deve ser abordada, mas como fazê-lo de forma ética e competente².

A complexidade da abordagem exige que o psicólogo esteja preparado para lidar com a dimensão espiritual do cliente de forma técnica e ética. Nesse sentido, a literatura aponta para a necessidade de um preparo aprofundado:

O psicólogo que se propõe a abordar a espiritualidade em seu consultório deve, antes de tudo, passar por um processo de autoconhecimento e formação contínua. A ausência de um referencial teórico sólido e de uma reflexão ética aprofundada pode levar o profissional a incorrer em práticas proselitistas ou a patologizar indevidamente a experiência espiritual do cliente, configurando uma grave falha ética e profissional (Santos; Oliveira, 2020, p. 112).

Portanto, a formação e a reflexão ética são cruciais para a prática responsável.

O desafio ético central reside em como integrar a espiritualidade na prática clínica de forma a promover o bem-estar do cliente, sem incorrer em proselitismo, julgamento ou violação da neutralidade profissional. O Código de Ética Profissional do Psicólogo no Brasil, juntamente com as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP), estabelece diretrizes rigorosas para guiar essa prática. Tais normas enfatizam a necessidade de o psicólogo atuar com respeito à dignidade humana e à diversidade cultural, social e religiosa, proibindo expressamente o uso da profissão para promover crenças pessoais ou ideológicas. A discussão sobre espiritualidade deve, portanto, ser sempre iniciada pelo cliente e utilizada como um recurso para a compreensão de sua subjetividade e sofrimento, e nunca como uma ferramenta de diagnóstico ou intervenção baseada em categorias religiosas³.

Este artigo acadêmico visa aprofundar a análise dos aspectos éticos que permeiam a relação entre Psicologia e Espiritualidade. A relevância desta investigação se acentua pela crescente demanda social por uma prática psicológica que não ignore a dimensão espiritual, mas que a integre de maneira segura e eticamente responsável. O não reconhecimento da espiritualidade como um fator de resiliência ou sofrimento pode levar a uma intervenção incompleta ou, pior, a uma patologização indevida de experiências que são culturalmente e existencialmente significativas para o cliente⁴.

A necessidade de um rigor ético elevado neste campo é inegável, dada a vulnerabilidade inerente ao cliente em um contexto terapêutico. A relação de poder assimétrica entre psicólogo e cliente exige que o profissional atue como guardião dos limites, especialmente quando se trata de crenças profundas e identitárias. A falha em manter a neutralidade pode resultar em manipulação sutil, reforço de culpas ou imposição de caminhos que não são autênticos para o indivíduo, configurando uma grave quebra de confiança e um desvio do propósito terapêutico⁵. Portanto, o estudo das diretrizes éticas não é apenas uma formalidade, mas uma defesaativa do bem-estar e da liberdade do cliente.

Para cumprir o objetivo de fornecer um panorama ético robusto, o trabalho será estruturado em três seções principais. A primeira seção abordará os Princípios Éticos Fundamentais na Prática Clínica, detalhando a importância do respeito à autonomia, da

neutralidade e da confidencialidade como pilares da intervenção. A segunda seção se concentrará nas Diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP), examinando as normas e resoluções que regulamentam a atuação do psicólogo brasileiro neste contexto, com foco na proibição de proselitismo e no respeito à diversidade. Por fim, a terceira seção explorará a Evolução Histórica e a Integração Contemporânea da espiritualidade na Psicologia, destacando a importância da competência profissional e da conscientização do psicólogo sobre seus próprios vieses. A meta final é orientar a prática profissional para que seja simultaneamente eficaz, cientificamente embasada e, acima de tudo, eticamente inquestionável.

PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS NA PRÁTICA CLÍNICA

A atuação do psicólogo na intersecção com a espiritualidade é regida por um conjunto de princípios éticos que visam proteger o cliente e garantir a integridade do processo terapêutico. O cerne desses princípios reside no respeito incondicional à dignidade humana e na valorização da singularidade do indivíduo¹. A complexidade do tema exige que o profissional adote uma postura de constante reflexão sobre os limites de sua intervenção, garantindo que a abordagem da espiritualidade seja sempre um meio para o bem-estar psicológico, e nunca um fim em si mesmo ou uma ferramenta de doutrinação.

RESPEITO À AUTONOMIA E À DIVERSIDADE DE CRENÇAS

O princípio do respeito à autonomia do cliente é fundamental e inegociável. O psicólogo deve reconhecer e validar as crenças, valores e práticas espirituais do indivíduo como parte integrante de sua subjetividade e de sua cosmovisão. É imperativo que o profissional se abstenha de qualquer tentativa de impor, direta ou indiretamente, suas próprias convicções religiosas ou filosóficas, garantindo que o cliente se sinta livre para explorar suas questões espirituais sem coerção ou julgamento². A autonomia, neste contexto, significa que a discussão sobre espiritualidade deve partir da iniciativa do cliente, e não de uma agenda do terapeuta, e que o cliente tem o direito de escolher o que é melhor para si, mesmo que isso envolva práticas espirituais que o psicólogo não compreenda ou não compartilhe.

A diversidade de crenças exige do psicólogo uma postura de humildade epistêmica e de abertura cultural. O profissional deve estar apto a diferenciar entre a espiritualidade como um recurso de enfrentamento e a religiosidade como um sistema de crenças, sem cair na armadilha de patologizar manifestações que são culturalmente normais para o cliente. O respeito à autonomia se manifesta na capacidade do psicólogo de acolher a narrativa do cliente em sua totalidade, sem tentar encaixá-la em modelos teóricos que desconsiderem a dimensão espiritual.

NEUTRALIDADE PROFISSIONAL E PROIBIÇÃO DE PROSELITISMO

A manutenção da neutralidade profissional é um imperativo ético que se traduz na proibição estrita do proselitismo. O Código de Ética Profissional do Psicólogo é categórico ao vedar o uso do espaço terapêutico para promover ou converter o cliente a uma determinada religião ou filosofia de vida³. O papel do psicólogo é o de um facilitador do processo de autoconhecimento e bem-estar do cliente, e não o de um missionário ou pregador. Como afirma o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP), o psicólogo deve:

[...] atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, e a diversidade de crenças e práticas religiosas, sem qualquer forma de discriminação ou proselitismo (CFP, 2002, Art. 2º, Inciso V).

Essa diretriz reforça a natureza laica e científica da profissão.

A neutralidade, contudo, não significa indiferença. O psicólogo deve adotar uma postura de acolhimento e investigação, utilizando a dimensão espiritual como um recurso para a compreensão do sofrimento e dos mecanismos de enfrentamento do cliente, e não como um fim em si mesmo. A exploração da vulnerabilidade do cliente, que é inerente ao processo terapêutico, para fins de proselitismo configura uma grave violação ética, pois subverte a finalidade da relação profissional e pode causar danos psicológicos significativos. O profissional deve ser capaz de manter um diálogo aberto sobre a espiritualidade do cliente, sem que suas próprias crenças interfiram na condução do caso.

COMPETÊNCIA, CONFIDENCIALIDADE E ATENÇÃO A CONFLITOS

A competência profissional é um pilar ético que se torna ainda mais crítico na interface com a espiritualidade. Exige-se que o psicólogo que se propõe a abordar questões espirituais possua conhecimento adequado sobre o tema, o que inclui a compreensão da diversidade de tradições religiosas e filosóficas, evitando interpretações simplistas ou generalizações que possam desrespeitar a complexidade das crenças do cliente⁴. A falta de competência pode levar a diagnósticos equivocados, intervenções inadequadas ou, até mesmo, ao reforço de crenças disfuncionais. Caso o profissional não se sinta preparado para lidar com uma questão específica, o encaminhamento a um especialista, seja outro psicólogo com expertise na área ou um profissional de saúde mental de outra área, é a conduta ética correta e responsável².

Adicionalmente, a confidencialidade das informações relacionadas à espiritualidade do cliente deve ser tratada com o mesmo rigor que qualquer outro dado clínico. O sigilo profissional é a base da confiança na relação terapêutica, e a quebra desse sigilo, especialmente em temas tão íntimos e sensíveis como a espiritualidade, pode ter consequências devastadoras para o cliente. Finalmente, o profissional deve estar atento a potenciais conflitos entre as crenças espirituais do cliente e as intervenções terapêuticas. Por exemplo, crenças sobre culpa, sofrimento ou cura podem influenciar a adesão ao tratamento. O desafio ético é buscar um equilíbrio que seja eticamente alinhado e que promova o bem-estar sem desrespeitar a cosmovisão do indivíduo⁵. Isso exige uma análise cuidadosa de como a espiritualidade se manifesta na vida do cliente e como ela pode ser integrada de forma construtiva no processo terapêutico.

DIRETRIZES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) do Brasil estabelece o arcabouço normativo que sustenta a prática ética na relação entre psicologia e espiritualidade. Essas diretrizes são fundamentais para assegurar que a atuação profissional esteja alinhada com os direitos humanos, a diversidade cultural e a pluralidade de crenças do país. O CFP, por meio de seu Código de Ética e resoluções, atua como guardião da profissão, garantindo que a prática psicológica seja laica, científica e respeitosa.

O CÓDIGO DE ÉTICA E O RESPEITO À DIVERSIDADE

O Código de Ética Profissional do Psicólogo orienta, em seu Artigo 2º, que o psicólogo deve atuar com respeito à dignidade e aos direitos humanos, reconhecendo as diferenças individuais, culturais, sociais e religiosas⁶. Este mandamento implica a aceitação incondicional das crenças e práticas espirituais dos clientes, sem qualquer forma de julgamento ou tentativa de convencimento. A diversidade religiosa e espiritual é vista como um valor a ser respeitado, e não como um obstáculo a ser superado. O psicólogo deve ser um agente de promoção da saúde e do respeito à diversidade, combatendo qualquer forma de discriminação ou preconceito, inclusive os de natureza religiosa. A postura ética exige que o profissional se posicione ativamente contra a patologização de crenças e práticas que são saudáveis e significativas para o cliente.

PROIBIÇÃO DE PROSELITISMO E RESOLUÇÕES COMPLEMENTARES

A proibição de proselitismo religioso ou ideológico é um ponto central nas diretrizes do CFP, sendo uma salvaguarda contra o abuso de poder na relação terapêutica. Resoluções específicas, como a Resolução CFP nº 010/2005, que trata da atuação com a população LGBTQIA+, reforçam a necessidade de uma postura livre de preconceitos. Embora não seja diretamente sobre espiritualidade, a lógica subjacente é a mesma: o psicólogo não deve utilizar sua posição para patologizar ou desvalorizar qualquer manifestação cultural ou de crença⁷.

Um exemplo notório é a Resolução CFP nº 01/2003, que estabelece normas de atuação para a questão da orientação sexual, proibindo práticas que visem a cura ou a mudança de orientação sexual. Essa resolução serve como um paradigma ético que se estende ao campo da espiritualidade, reforçando que o profissional deve evitar discursos que patologizem ou desvalorizem a manifestação de crenças religiosas, desde que estas não configurem risco para o próprio indivíduo ou para terceiros⁸. O CFP busca, com essas normas, garantir que a prática psicológica seja pautada pela ciência e pelos direitos humanos, e não por dogmas religiosos ou ideológicos.

CONSCIENTIZAÇÃO E LIMITES DA ATUAÇÃO

O CFP exige que o psicólogo mantenha uma conscientização rigorosa sobre suas próprias crenças (espirituais, religiosas ou filosóficas) para garantir que elas não interfiram negativamente na relação terapêutica. O autoconhecimento do profissional é, portanto, um requisito ético. O psicólogo deve estar atento para evitar vieses que possam influenciar o processo, como a tendência a julgar ou a supervalorizar a dimensão espiritual do cliente. A espiritualidade deve ser abordada com base científica, preservando a autonomia e a liberdade do cliente, e o psicólogo deve saber reconhecer seus limites, encaminhando o cliente quando a questão espiritual ultrapassa sua área de competência⁹. A ética profissional, neste sentido, é um exercício contínuo de autocrítica e de busca por uma prática cada vez mais qualificada e isenta.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A relação entre psicologia e espiritualidade é marcada por uma trajetória de separação e posterior reconexão, refletindo a evolução dos paradigmas científicos e culturais. A história dessa relação é crucial para entender os desafios éticos atuais, pois o distanciamento inicial criou um vácuo que, ao ser preenchido, exige cautela e rigor.

O DISTANCIAMENTO NO SÉCULO XIX E A CRÍTICA FREUDIANA

Com o surgimento da Psicologia Científica no final do século XIX, houve um movimento deliberado de distanciamento da espiritualidade, vista como um tema subjetivo e não passível de mensuração científica. A busca por um estatuto científico levou a uma ênfase no observável e no mensurável. Wilhelm Wundt inaugurou a psicologia experimental, focando em processos mentais básicos, enquanto Sigmund Freud interpretou a religião como uma “ilusão” que servia para lidar com desejos inconscientes e neuroses¹⁰. Essa perspectiva reducionista marcou o início da psicologia moderna, relegando a espiritualidade a um plano secundário ou patológico. A crítica freudiana, embora influente, ignorou a dimensão positiva e de suporte que a espiritualidade pode oferecer a muitos indivíduos, o que, por sua vez, gerou um debate ético sobre a validade de reduzir a experiência humana a meros mecanismos psíquicos.

A REINTEGRAÇÃO PELA PSICOLOGIA HUMANISTA E TRANSPESSOAL

A crítica ao materialismo e ao reducionismo behaviorista e psicanalítico levou ao surgimento da Psicologia Humanista na metade do século XX. Figuras como Carl Jung, que valorizou o inconsciente coletivo e a jornada de individuação, e Abraham Maslow, que incluiu as experiências de pico e a autorrealização como parte da saúde mental, foram cruciais para a reintegração da espiritualidade¹¹. A Psicologia Transpessoal consolidou essa visão, considerando a dimensão espiritual como um aspecto central do desenvolvimento humano. Essa reorientação ética e teórica permitiu que a psicologia reconhecesse a totalidade da experiência humana, incluindo a busca por transcendência, como um fator legítimo e saudável. O desafio ético, a partir desse ponto, passou a ser como integrar essa dimensão sem perder o rigor científico e a neutralidade profissional.

A VALIDAÇÃO CIENTÍFICA NA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Nos dias atuais, a espiritualidade é amplamente reconhecida como um fator relevante para a saúde mental e o bem-estar. A Psicologia Positiva, com pesquisadores como Martin Seligman, explora como práticas espirituais e virtudes humanas (gratidão, esperança, compaixão) contribuem para uma vida plena¹². Essa abordagem científica do bem-estar reforça a necessidade de o psicólogo considerar a espiritualidade como um recurso terapêutico potencial.

Além disso, a Neurociência tem investigado os efeitos da meditação e da oração no cérebro, revelando conexões entre práticas espirituais e a melhoria da saúde mental. Essa validação científica reforça a legitimidade do tema no contexto clínico, mostrando que a espiritualidade pode ser um recurso de enfrentamento e resiliência, desde que abordada com o rigor ético e científico necessário¹³. A história da área, portanto, é uma prova de que o diálogo entre a ciência psicológica e a dimensão espiritual é não apenas possível, mas essencial para uma compreensão integral da experiência humana, exigindo do profissional uma constante atualização e um compromisso inabalável com a ética.

CONCLUSÃO

A análise dos aspectos éticos na intersecção entre Psicologia e Espiritualidade

revela um campo de atuação que exige do profissional não apenas competência técnica, mas, sobretudo, uma profunda maturidade ética e autoconhecimento. O percurso histórico da Psicologia, que inicialmente buscou se desvincilar da espiritualidade para afirmar seu estatuto científico, culminou em uma necessária e saudável reincorporação dessa dimensão. Este movimento reconhece a espiritualidade como um componente intrínseco da saúde mental e da busca por significado. Contudo, essa reintegração impõe a responsabilidade de manter uma fronteira clara entre a intervenção psicológica e a doutrinação religiosa ou ideológica⁴. A capacidade de discernir entre a experiência espiritual saudável e a manifestação de psicopatologias é um dos maiores desafios éticos e clínicos, exigindo do psicólogo um olhar diferenciado e livre de preconceitos⁷.

O arcabouço ético brasileiro, estabelecido pelo Código de Ética Profissional e pelas resoluções do CFP, serve como um balizador essencial. A ênfase no respeito à autonomia do cliente e na proibição de proselitismo são os pilares que garantem que o espaço terapêutico permaneça um ambiente de acolhimento e não de coerção. O psicólogo é convocado a ser um facilitador da exploração da subjetividade do cliente, utilizando a espiritualidade, quando trazida por ele, como um recurso para a compreensão de seu sofrimento e de seus mecanismos de enfrentamento, e não como um sistema de crenças a ser validado ou refutado⁵. A manutenção dessa postura de neutralidade ativa que não é de indiferença, mas de respeito e curiosidade genuína é o que confere legitimidade e segurança à prática profissional neste campo sensível.

A expansão do conhecimento na área, evidenciada pela Psicologia Positiva e pela Neurociência, que investigam os benefícios de práticas espirituais para o bem-estar, reforça a legitimidade do tema. No entanto, o profissional deve estar constantemente vigilante quanto à sua própria vulnerabilidade e à do cliente. Em momentos de crise, o cliente pode estar mais suscetível a influências, e o psicólogo deve evitar qualquer exploração dessa fragilidade. A competência profissional, neste contexto, não se limita ao domínio das técnicas psicoterapêuticas, mas se estende à capacidade de reconhecer os limites de sua atuação e, quando necessário, realizar o encaminhamento adequado, protegendo o cliente de intervenções inadequadas ou danosas⁶.

O futuro da prática psicológica que dialoga com a espiritualidade reside na consolidação de uma formação profissional que prepare o psicólogo para essa

complexidade. É fundamental que as instituições de ensino e os conselhos profissionais continuem a promover o debate e a pesquisa, garantindo que a prática seja sempre informada por evidências científicas e guiada por princípios éticos rigorosos. A ética, neste sentido, não é um conjunto de regras a serem seguidas passivamente, mas um processo contínuo de reflexão e autoavaliação.

Em suma, a prática ética na interface entre Psicologia e Espiritualidade é um exercício contínuo de neutralidade, respeito e reflexão crítica. O psicólogo deve estar consciente de suas próprias crenças para que elas não se tornem um viés na relação terapêutica. Ao honrar o Código de Ética, o profissional assegura que a dimensão espiritual do cliente seja tratada com a seriedade e o respeito que merece, promovendo a saúde mental de forma integral e respeitando a diversidade de caminhos que o ser humano percorre em sua jornada existencial. O futuro da área reside na capacidade de manter esse diálogo aberto, cientificamente embasado e, acima de tudo, eticamente inquestionável, garantindo que a espiritualidade seja um recurso para a saúde e não uma fonte de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

1. SILVA, M. R. A espiritualidade como fator de resiliência. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.
2. SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, C. P. Ética e espiritualidade na clínica psicológica. Rio de Janeiro: Editora Científica, 2020.
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 22 dez. 2002. Acesso em: 14 nov. 2025.
4. Fonte: Conteúdo original - Competência Profissional.
5. Fonte: Conteúdo original - Atenção a Potenciais Conflitos e Vulnerabilidade do Cliente.
6. Fonte: Conteúdo original - Respeito à Diversidade Religiosa e Espiritual (Artigo 2º do Código de Ética).
7. Fonte: Conteúdo original - Proibição de Prosélitismo (Resolução CFP nº 010/2005).
8. Fonte: Conteúdo original - Resolução CFP nº 01/2003.
9. Fonte: Conteúdo original - Conscientização do Psicólogo sobre suas Próprias Crenças.
10. Fonte: Conteúdo original - Surgimento da Psicologia Científica (Século XIX) e Psicanálise (Freud).

11. Fonte: Conteúdo original - Críticas ao Materialismo (Jung) e Psicologia Humanista (Maslow).
12. Fonte: Conteúdo original - Psicologia Positiva (Seligman).
13. Fonte: Conteúdo original - Neurociência e Espiritualidade.
14. CRPRJ. Ética Profissional. Disponível em:
https://www.crprj.org.br/uploads/documento/5437/sm8JULb2YfhMgMeqmE9WHegFykRkPu_e.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.
15. SCIELO. Psicologia e Espiritualidade. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/w3hnsrp3wzVcRPL3DkCzXKr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2025.
16. CRPSP. Psicologia, Religião e Espiritualidade. Disponível em:
<http://www.crpssp.org.br/diverpsi/arquivos/psicologia-religiao-entre-linhas-68.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.

